INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE DIREITO E PSICOLOGIA NA 11ª EDIÇÃO DO FÓRUM MULTIDISCIPLINAR DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (FONAM)/UNIGRANRIO-AFYA

THE INVISIBILITY OF PSYCHOLOGICAL VIOLENCE: INTERDISCIPLINARITY BETWEEN LAW AND PSYCHOLOGY IN THE 11TH EDITION OF MULTIDISCIPLINARY FORUM FOR ASSISTANCE TO WOMEN VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE FONAM/UNIGRANRIO-AFYA

Maria Celia Ferraz Roberto da Silveira – Professora do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: maria.celia@afya.com.br
Litiane Motta Marins – Professora do Curso de Direito da Universidad
e Unigranrio-Afya. E-mail: litiane.motta@afya.com.br
Ana Paula Lopes Ribeiro – Professora do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: **anap.ribeiro@afya.com.br**
Eduardo Dos Santos Pereira – Professor do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: eduardos.pereira@afya.com.br
Ana Lucia Pazos Moraes - Professora do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: ana.moraes@afya.com.br
Bernardo Garcia de Almeida Cacholas – Professor do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: bernardo.cacholas@afya.com.br
Eneisa Miranda Bittencourt Sobreira – Professora do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: eneisa.sobreira@afya.com.br
Luciene Chagas de Carvalho – Professora do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: luciene.carvalho@afya.com.br
Tais Roberta Laranjeira Pagy de Amorim – Professora do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: tais.pagy@afya.com.br
Roberta Pinheiro Piluso – Professora do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: roberta.piluso@afya.com.br
Michele Dos Santos Corrêa – Professora do Curso de Direito da Universidade Unigranrio-Afya. E-mail: michele.correa@afya.com.br – Autora principal e correspondente**.**

Eixo Temático: Eixo 05 - Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RESUMO
Violência psicológica constitui uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340/2006, apresentando particularidades relacionadas à sua identificação e ao reconhecimento de seus impactos sobre as vítimas. Nesse contexto, a 11ª edição do Fórum Multidisciplinar de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica (FONAM), promovida no âmbito da Universidade Unigranrio-Afya, abordou o tema "A Invisibilidade da Violência Psicológica: reconhecimento, acolhimento e fortalecimento das vítimas". O presente relato tem como objetivo descrever a experiência desenvolvida durante a atividade, destacando a interdisciplinaridade entre Direito e Psicologia e sua contribuição para a formação acadêmica e para o fortalecimento das estratégias de acolhimento às mulheres em situação de violência. A atividade ocorreu em 6 de agosto de 2026, no Cinema do Shopping Unigranrio, em Duque de Caxias/RJ, integrada à Semana de Acolhimento dos estudantes do curso de Direito do semestre 2026.2. A experiência promoveu diálogo interdisciplinar acerca das formas de identificação da violência psicológica, dos mecanismos jurídicos de proteção, das repercussões emocionais e da importância da escuta e do acolhimento das vítimas. A realização do Fórum evidenciou a potencialidade da integração entre Direito e Psicologia para ampliar a compreensão da violência de gênero e reafirmou o papel da universidade na formação de profissionais comprometidos com os direitos humanos e com o enfrentamento das diferentes formas de violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher. Violência Psicológica. Interdisciplinaridade. Direitos Humanos. Acolhimento.

ABSTRACT

Psychological violence constitutes one of the forms of domestic and family violence against women established by Brazilian Law No. 11,340/2006 and presents particular challenges regarding its identification and the recognition of its impacts on victims. In this context, the 11th edition of the Multidisciplinary Forum for Assistance to Women Victims of Domestic Violence (FONAM), promoted within Universidade Unigranrio-Afya, addressed the theme "The Invisibility of Psychological Violence: recognition, support and strengthening of victims". This experience report aims to describe the activity developed during the event, highlighting the interdisciplinarity between Law and Psychology and its contribution to academic education and to strengthening strategies for supporting women experiencing violence. The activity took place on August 6, 2026, at the Shopping Unigranrio movie theater, in Duque de Caxias, Rio de Janeiro, as part of the Welcome Week for Law students in the 2026.2 academic semester. The experience promoted interdisciplinary dialogue concerning the identification of psychological violence, legal protection mechanisms, emotional repercussions, and the importance of listening to and supporting victims. The Forum demonstrated the potential of integrating Law and Psychology to broaden the understanding of gender-based violence and reaffirmed the role of the university in educating professionals committed to human rights and to confronting different forms of violence against women.

Keywords: Violence Against Women. Psychological Violence. Interdisciplinarity. Human Rights. Support.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui fenômeno social complexo e multidimensional, cujo enfrentamento exige estratégias que ultrapassem respostas exclusivamente jurídicas. No âmbito doméstico e familiar, pode assumir formas físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais, conforme reconhecido pela Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.[1] Entre essas manifestações, a violência psicológica apresenta particular dificuldade de identificação, pois nem sempre produz marcas visíveis e pode ocorrer de forma progressiva por meio de práticas de ameaça, humilhação, manipulação, controle e restrição da autonomia da mulher. Sua

[1] Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF; 8 ago 2006

relevância jurídica foi reforçada pela Lei nº 14.188/2021, que acrescentou o art. 147-B ao Código Penal, reconhecendo a violência psicológica contra a mulher como crime autônomo.[2] Apesar dos avanços normativos, a naturalização de comportamentos de controle e dominação nas relações afetivas ainda pode dificultar o reconhecimento da violência pela própria vítima.

Nesse contexto, acolher uma mulher em situação de violência exige compreender que nem toda violência deixa marcas visíveis. Seu enfrentamento demanda uma atuação interdisciplinar, na qual o Direito contribui com instrumentos de proteção e garantia de direitos, enquanto a Psicologia amplia a compreensão de seus impactos emocionais e das estratégias de escuta e acolhimento.

É nessa perspectiva que se insere o Fórum Multidisciplinar de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica (FONAM), iniciativa criada em 2021, no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Unigranrio-Afya. Ao longo de suas edições, o Fórum consolidou-se como espaço de diálogo interdisciplinar sobre violência doméstica, direitos humanos e rede de proteção às mulheres, aproximando estudantes, profissionais e instituições e articulando formação acadêmica e compromisso social.

Em 2026, a 11ª edição representou um novo movimento de fortalecimento dessa proposta por meio da aproximação com a Psicologia. A escolha da violência psicológica como temática central favoreceu o diálogo entre os campos jurídico e psicológico, evidenciando que o atendimento às mulheres em situação de violência requer conhecimento técnico, sensibilidade e escuta qualificada. Integrada à Semana de Acolhimento do curso de Direito – 2026.2, a atividade também possibilitou apresentar aos estudantes, desde o início do semestre, uma formação jurídica comprometida com os direitos humanos e com a interdisciplinaridade.

Diante disso, o presente relato tem como objetivo descrever a experiência da 11ª edição do FONAM, destacando a abordagem da invisibilidade da violência psicológica e a aproximação entre Direito e Psicologia como estratégias de formação acadêmica e fortalecimento do acolhimento às mulheres em situação de violência.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A 11ª edição do Fórum Multidisciplinar de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica (FONAM), teve como tema **“A Invisibilidade da Violência**

[2] Brasil. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e inclui no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher. Diário Oficial da União. Brasília, DF; 29 jul 2021.

Psicológica: reconhecimento, acolhimento e fortalecimento das vítimas”, escolhido em razão da necessidade de ampliar a discussão acadêmica sobre uma modalidade de violência que nem sempre apresenta sinais externamente perceptíveis e que pode permanecer naturalizada ou silenciada nas relações interpessoais.

A atividade foi estruturada a partir de uma abordagem interdisciplinar, reunindo profissionais vinculados aos campos do Direito e da Psicologia. A composição da atividade representou importante movimento de aproximação do FONAM com a área da Psicologia, ampliando a proposta interdisciplinar que orienta o Fórum. A experiência partiu da compreensão de que a violência doméstica não pode ser adequadamente enfrentada por uma única área do conhecimento, uma vez que seus efeitos ultrapassam a esfera jurídica e atingem dimensões emocionais, familiares e sociais da vida das mulheres.

No desenvolvimento do encontro, a violência psicológica foi discutida a partir de suas diferentes formas de manifestação, com destaque para comportamentos que podem ser confundidos com características comuns das relações afetivas, mas que, quando utilizados como instrumentos de dominação, controle, humilhação ou redução da autonomia, podem constituir formas de violência.

A perspectiva jurídica possibilitou abordar o reconhecimento da violência psicológica pela Lei Maria da Penha e sua posterior tipificação penal, demonstrando a evolução normativa brasileira no enfrentamento de condutas capazes de produzir dano emocional e limitar a liberdade da mulher. Ao mesmo tempo, a participação dos profissionais da Psicologia ampliou a discussão para além da dimensão normativa, permitindo refletir sobre as repercussões emocionais dessas experiências e sobre a importância da escuta e do acolhimento.

Essa articulação mostrou-se especialmente significativa para a proposta pedagógica da atividade. Ao aproximar os saberes jurídico e psicológico, o encontro permitiu evidenciar que reconhecer a existência de um direito não significa, isoladamente, compreender toda a experiência vivenciada pela mulher. Da mesma forma, identificar os impactos emocionais da violência precisa estar acompanhado do conhecimento sobre os mecanismos de proteção e sobre a rede à qual a vítima pode recorrer.

A realização do FONAM durante a Semana de Acolhimento ampliou ainda a dimensão formativa da experiência. A inserção da temática da violência contra a mulher nesse espaço possibilitou apresentar aos estudantes uma concepção de formação jurídica que ultrapassa o aprendizado dogmático e reconhece a responsabilidade social das profissões jurídicas.

A 11ª edição também representou uma continuidade do processo de amadurecimento do FONAM. Se experiências anteriores privilegiaram a aproximação com instituições e projetos externos integrantes da rede de proteção às mulheres, a edição de agosto de 2026 fortaleceu a articulação interdisciplinar no próprio ambiente universitário, especialmente mediante a aproximação entre Direito e Psicologia.

A experiência mostrou, portanto, que a interdisciplinaridade não deve ser compreendida apenas como aproximação teórica entre áreas distintas, mas como estratégia concreta para qualificar a formação acadêmica e as práticas de acolhimento. No enfrentamento à violência psicológica, essa articulação assume especial relevância, uma vez que o reconhecimento da violência, a orientação jurídica, a compreensão dos impactos emocionais e o encaminhamento adequado integram um processo que demanda diálogo entre diferentes saberes.

A proposta desenvolvida pelo FONAM também se relaciona aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente ao ODS 5 – Igualdade de Gênero**,** que contempla a eliminação das diferentes formas de violência contra mulheres e meninas, e ao ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, relacionado à promoção do acesso à justiça e à construção de instituições inclusivas.[3]

Dessa maneira, a 11ª edição reafirmou o FONAM como espaço acadêmico de reflexão e sensibilização sobre a violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que inaugurou uma possibilidade de fortalecimento da interlocução entre Direito e Psicologia. A experiência evidencia que o enfrentamento da violência psicológica exige tanto mecanismos jurídicos de proteção quanto práticas de escuta, reconhecimento e acolhimento capazes de considerar a mulher em sua integralidade.

CONCLUSÃO

A experiência da 11ª edição do FONAM demonstrou a relevância da interdisciplinaridade entre Direito e Psicologia para a compreensão e o enfrentamento da violência psicológica contra a mulher. A realização da atividade durante a Semana de Acolhimento Direito 2026.2 ampliou seu potencial formativo ao inserir, no início do semestre acadêmico, discussões relacionadas aos direitos humanos, à igualdade de gênero e à responsabilidade social da formação profissional. Ao abordar uma modalidade de violência

[3] Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Nações Unidas; 2015.

marcada muitas vezes pela invisibilidade e pela dificuldade de reconhecimento, o encontro possibilitou articular a proteção jurídica às dimensões emocionais e subjetivas envolvidas na experiência da vítima, evidenciando que o enfrentamento da violência doméstica demanda respostas integradas.

A aproximação com a Psicologia representa, ainda, uma possibilidade de ampliação e continuidade das ações desenvolvidas pelo FONAM, fortalecendo sua característica multidisciplinar e abrindo caminhos para futuras atividades conjuntas de formação, sensibilização e acolhimento. A experiência reafirma o papel da universidade como espaço privilegiado para a construção de práticas capazes de articular conhecimento técnico, compromisso social e diferentes campos do saber. Nesse sentido, o FONAM consolida-se não apenas como espaço de discussão sobre a violência contra a mulher, mas como estratégia de formação de profissionais mais preparados para reconhecer situações de violência, acolher suas vítimas e atuar de forma articulada na promoção dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF; 8 ago 2006.
2. Brasil. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e inclui no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher. Diário Oficial da União. Brasília, DF; 29 jul 2021.
3. Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: Nações Unidas; 2015.